

MEDIAÇÃO NARRATIVA: UMA ABORDAGEM DIFERENCIADA PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

NARRATIVE MEDIATION: A DISTINCTIVE APPROACH TO CONFLICT RESOLUTION

RESUMO: Este artigo apresenta uma visão geral dos fundamentos teóricos e das práticas específicas da mediação narrativa. Os pressupostos pós-modernos e do construcionismo social são apresentados, seguidos pelas práticas de conversa de externalização, dupla escuta, mapeamento dos efeitos e a construção da contra-história no trabalho narrativo. O objetivo principal deste artigo é mostrar como a criação de um novo espaço relacional, usando os métodos narrativos, cria o ambiente para a obtenção de um entendimento mútuo, um fator necessário para se chegar às negociações satisfatórias e bem sucedidas, assim como em compromissos duradouros.

PALAVRAS-CHAVE: mediação, narrativa, escuta dupla, externalização, contra história.

ABSTRACT: This article provides an overview of the theoretical foundations and specific practices of narrative mediation. The postmodern and social constructionist assumptions are introduced followed by the practices of externalizing conversation, double listening, mapping the effects, and counter story construction in narrative work. The primary thrust of the article is on how the creation of a new relational space using the narrative method sets the stage for the attainment of mutual understanding, a necessary factor in achieving satisfying and successful negotiations and lasting settlements.

KEYWORDS: mediation, narrative, double listening, externalizing, counter story

JOHN WINSLADE

*College of Education,
California State University,
San Bernadino, 5500
University Parkway, San
Bernadino, California 92407
USA, iwinslad@csusb.edu*

GERALD MONK

*College of Education, San
Diego State University, 5500
Campanile Drive, San Diego,
California 92182, USA,
gmonk@mail.sdsu.edu*

A mediação narrativa (Winslade & Monk, 2000, 2008; Winslade, Monk & Cotter, 1998) representa uma abordagem diferenciada para a prática da mediação. Ela se utiliza de ideias desenvolvidas no contexto da terapia familiar, especialmente da terapia narrativa (White, 2007; White & Epton, 1990) e as usa com o propósito de solucionar conflitos. Tal abordagem tem sido aplicada na resolução de disputas em famílias, organizações, nos contextos trabalhistas, com profissionais das áreas de saúde e hospitalar, na justiça restaurativa e nas relações comunitárias (Winslade & Monk, 2008). A abordagem narrativa para a resolução de conflitos também tem sido utilizada com líderes civis e jovens em contextos internacionais: Chipre, Palestina e Irlanda do Norte. Recentemente, os conceitos narrativos foram incorporados no desenvolvimento de treinamentos de negociações com líderes étnicos, que buscam as habilidades necessárias para resolução de conflitos internacionais, no Sudeste Asiático (Docherty, 2010).

A mediação narrativa é uma forma inovadora de prática, construída sobre uma fundação teórica robusta, incorporando ideias oriundas dos mais variados movimentos do pensamento: filosofia pós-estruturalista, psicologia construcionista social, teoria narrativa e políticas feministas. Nosso objetivo aqui é oferecer um esboço claro da prática da mediação a partir de uma abordagem narrativa e fazer breves referências aos seus fundamentos teóricos.

Artigo publicado (tradução alemã) na revista *Familiendynamik*.

De um ponto de vista narrativo, o propósito da mediação é auxiliar as partes conflitantes a se separarem da história do conflito e a cultivarem uma história de cooperação, baseada momentaneamente, e às vezes aparentemente, em incidentes isolados de respeito, colaboração e apoio. Esse propósito é embasado na premissa de que, nos conflitos, os participantes ficam reféns de narrativas dolorosas e ninguém está feliz com a situação. Eles prefeririam que o relacionamento com o outro estivesse num patamar diferente – poderíamos dizer, em uma narrativa diferente. O que é digno de nota aqui é a ideia de que a mediação não precisa ser uma manobra de mudança da narrativa do conflito, porém um deslocamento do relacionamento entre as partes para um outro caminho, uma outra narrativa. Essa contranarrativa incorpora as esperanças e preferências dos participantes em algo melhor, algo que em seu melhor *self* prefeririam. A contranarrativa fica em contraste com a história do conflito que, em certa medida, gerou uma vida própria e está induzindo as partes a uma discórdia cada vez maior. De uma perspectiva narrativa, a força da narrativa do conflito deveria ser diminuída em favor da contra narrativa que é menos dolorosa e se enquadra melhor no que as pessoas prefeririam.

Há alguns pressupostos que merecem ser mais bem especificados. O primeiro é que as pessoas vivem suas vidas através de histórias. A partir das histórias que contam a si mesmas e também das que contam para e sobre os outros, as pessoas tomam decisões, agem, constroem seus discursos, formam relacionamentos e desenvolvem comunidades. Nesse processo, elas inclusive se utilizam de um repertório maior que o pessoal. O mundo cultural provê um leque de narrativas do qual

também podemos nos apropriar. Por exemplo, as pessoas se casam e formam famílias baseadas em elementos tirados dos contos de fadas, dos romances de Hollywood, revistas populares, romances, ensinamentos religiosos, programas de entrevistas e por ai vai. Esse é o rico mundo das práticas ou discursos culturais, que, de acordo com Michel Foucault (1972; veja também Burr, 2003), nos informa com relatos prontos o que é normal, o que é verdadeiros, o que é real e o que é aceitável. Foucault (1989) se refere a “um grande murmúrio anônimo de discursos” (pag. 27) por detrás de todos os nossos pensamentos e ações. Ao seguirmos esses preceitos-padrão, nos tornamos membros de uma comunidade, esperamos coisas dos outros e desenvolvemos aspectos de identidade: tudo sem termos que formar pensamentos originais. A prática narrativa toma tudo isso como fluido e aberto a uma negociação contínua, ao invés de tentar atá-los a interesses ou necessidades humanas.

Entretanto nem todas as histórias são iguais. Como resultado, as partes em conflito raramente estão em posição de igualdade uma em relação à outra. Ao relatar suas histórias na mediação sobre o que aconteceu entre elas, algumas histórias terão a vantagem de serem mais coerentes que outras, algumas serão mais ensaiadas e outras se beneficiarão por ressonarem os discursos dominantes do mundo em que vivem, inclusive o discurso da lei. Portanto, um desafio constante para toda prática da mediação é gerenciar o poder entre as pessoas. A mediação narrativa, seguindo Foucault, entende o poder como um efeito “das ações das pessoas sobre as ações dos outros” (1982, p. 220), produzido através de histórias competitivas que elas mesmas contam.

Assim, a meta da mediação narrativa é ajudar a pessoa a se separar de sua

íntima identificação com uma história de conflito. Não encorajamos as pessoas a se “apossarem” do conflito, porque este já está, quase sempre, possuído em grande parte pelo discurso dominante ou, de qualquer forma, pelo desenvolvimento da própria narrativa. Pretendemos convidar ao desenvolvimento de uma contra a história em lugar da história de conflito. Na mediação a contra-história será uma narrativa do relacionamento das partes que é incompatível com o conflito em tela. Uma vez estabelecida uma contra história, é possível mover-se em direção a uma negociação de acordo, como em outras abordagens da mediação. A negociação de um acordo é mais bem alcançada utilizando o espírito da contra-história. Em outras palavras, o desenvolvimento de uma contra história de relacionamento facilita o processo de negociação.

Podemos nos perguntar: como é desenvolvida a contra-história? O pressuposto da narrativa é que sempre existem elementos subjacentes em uma história esperando serem reconhecidos. Isso porque a vida é complexa, assim como os relacionamentos, e sempre há história múltiplas que podem ser reunidas para representar os eventos no relacionamento. Qualquer história é uma seleção de elementos do enredo e cada seleção deixará de fora aqueles que não se encaixam. Sempre há coisas que não se encaixam numa história de conflito. Podem ser espaços em branco na história, exceções que não são consistentes com ela, expressões de resistência à lógica do conflito, tentativas de fazer alguma coisa melhor ou esperar que algo mude.

ESCUA DUPLA

Na prática, o que é requerido para ouvir possíveis aberturas para a contra-

-história é nos engajarmos em uma “escuta dupla” (Winslade & Monk, 2008; White, 2007). Esta significa escutar ao mesmo tempo a história do conflito e a contra-história. É uma disciplina que precisa ser aprendida. Por exemplo, quando duas partes aparecem para uma sessão conjunta de mediação, é tentador escutar apenas suas explicações sobre o conflito. Entretanto, também é possível ouvir simultaneamente o desejo deles de estar presente na reunião e nos perguntar se isso não seria uma expressão de esperança em algo melhor. Um mediador pode inclusive perguntar que tipo de conversa eles prefeririam – a continuação das discussões ou algo diferente. Também é possível indagar: o que esse algo diferente seria?

Quando alguém expressa raiva, podemos ouvir a expressão da emoção negativa, mas também ouvir o desejo que algo mude e nos aprofundarmos no que seria esse desejo de mudança. Ou quando alguém diz: “Estava com raiva, mas depois me acalmei”, a dupla escuta nos permite inquirir, não apenas nas razões da raiva, mas também nas razões por detrás da calma subsequente. Em relação a esse exemplo, é digno de nota que a palavra “mas” frequentemente é um indicador de que há duas histórias competindo em uma única sentença. A dupla escuta significa perscrutar o significado de ambas, ao invés de permitir que a história dominante capture nossa atenção.

A escuta dupla também alerta os mediadores para a presença de exceções à história de conflito. Tais exceções podem existir em situações como: a recusa das partes em permitir que o assunto siga adiante, em momentos de cooperação que continuam sob a sombra do conflito, na intenção de fazer as pazes (tenha essa intenção se consumado ou não) ou pela preferên-

cia das pessoas em terminar o conflito. Cada uma dessas exceções representa uma lacuna na dominância da história do conflito. Contradizem a lógica inexorável da escalada do conflito. Cada uma pode ser entendida como uma abertura para a contra-história.

CONVERSA DE EXTERNALIZAÇÃO

A mediação narrativa se apoia na escuta dupla através da prática de conversas de externalização. Após ouvir as partes contarem suas histórias do que aconteceu, o mediador começa a falar sobre o conflito como uma terceira parte, ao invés de identificá-lo intimamente com qualquer uma das partes. Isso envolve o mediador em um modo de falar que coloca o conflito, gramaticalmente, na terceira pessoa. Ele, o conflito, está causando danos a eles. Ele tem uma vida própria e está literalmente separado de cada um dos indivíduos. Quando o conflito é personificado e tratado como se fosse uma terceira parte, novas possibilidades são introduzidas sobre como o conflito pode ser abordado. Uma das coisas que a externalização faz é criar uma pequena distância do problema, ajudando as pessoas a obterem uma maior clareza quanto ao que o conflito está causando a elas, talvez, como ele está diminuindo algum dos aspectos de suas vidas. O mediador toma o tempo necessário para descobrir os temas subjacentes centrais à emergência da história de conflito. Por exemplo, questões relacionadas a temas problemáticos, como: traição, desrespeito, desconfiança ou abuso. Esses temas podem ser externalizados pela narrativa do mediador e tornam-se descrições que vão ressoar mais especificamente com a narrativa conflitiva. O processo de externalização

auxilia as partes a manterem o foco no tema, por exemplo, da desconfiança e seus efeitos sobre o conflito, ao invés de se tornarem apenas preocupadas com uma caracterização interna do outro como “indigno”. No processo de entendimento das dimensões do conflito, o mediador poderá dizer:

Pelo que me disseram, imagino que exista uma questão significativa de desconfiança e desrespeito para ambos. Esses nomes fazem sentido para vocês ou preferem usar outros que melhor descrevem a natureza do conflito?

O mediador, então, usa a palavra acordada e faz perguntas sobre o que ela está causando às partes, não o que eles têm feito um ao outro. Talvez possamos pedir que as partes contem em detalhes como o conflito os aprisionou em sua escalada crescente. Tal escalada é traçada através do tempo, do passado até o presente, e inclusive até o futuro. Continuando, perguntas podem ser feitas da seguinte maneira:

Por quanto tempo isso vem acontecendo? Quando aconteceu pela primeira vez?

Quão apegados vocês estão a isso agora?

Se vocês continuassem a fazer as coisas piorarem, onde estariam em seis meses? Em dois anos?

Está Ok para vocês ou prefeririam que as coisas não fossem tão longe? Por quê?

Por meio das perguntas abaixo, o sofrimento causado pelo conflito é atribuído ao nome externalizado para este, através de perguntas como:

O que ele está fazendo a vocês e ao relacionamento?

Ele os faz agirem contra o seu melhor julgamento?

A linguagem que externaliza o conflito tem vários outros propósitos. Auxilia o mediador a evitar ser pego no jogo de imputar um juízo ou culpa. Funciona gramaticalmente para separar a pessoa do problema e ajudar as partes na des-identificação com o conflito propriamente dito. Não é pedido que as pessoas se responsabilizem pelo conflito, mas, ao contrário, são convidadas a expressar o que pensam sobre o que **ele** vem causando. Como externalizar é uma forma diferente de falar, tem o potencial de introduzir novas perspectivas à conversa e quebrar o modo habitual de pensar. Também permite “livrar a cara” de ambas as partes.

MAPEANDO OS EFEITOS DO CONFLITO

A externalização prepara o terreno para uma exploração focada nos custos do conflito para as partes. A mediação narrativa usa as descrições externalizadas, desenvolvidas nos temas da narrativa do conflito, para convidar as partes a prestarem atenção ao que o conflito tem tirado delas. Isso é o que a prática de “mapear os efeitos do conflito” propõe-se a realizar. As pessoas se tornam mais familiarizadas com os efeitos comprometedores da história do problema sobre o seu próprio bem-estar e essa compreensão, geralmente visceral, afrouxa as amarras da narrativa conflitiva. Essa técnica é baseada em uma série de pressupostos.

Primeiro, as pessoas imersas em um conflito estão preocupadas com o que a outra pessoa fez a ela e as injustiças perpetradas. Estão menos propensas a considerarem **sua** contribuição à mi-

séria contínua para a qual ambos estão contribuindo pela situação conflituosa não resolvida ou considerada. Como o foco está nas ações dolosas do outro e nas injustiças que esta pessoa está perpetuando, o indivíduo fica, geralmente, cegos às fontes e habilidades criativas que eles próprios poderiam criar para levar o conflito a um fim. O hábito de formular descrições internas, geralmente demonizadas, daqueles com quem estamos em conflito desloca a responsabilidade de mudança para a outra pessoa, levando à paralisia.

Segundo, mapear os efeitos do problema com cada uma das partes provê uma resposta valiosa para os indivíduos. Convida a pessoa vitimada pelo conflito a prestar atenção nos efeitos negativos do conflito não resolvido e procrastinado. O reconhecimento pode identificar que esses efeitos não são apenas dependentes das mudanças nas ações do alegado perpetrador. Examinar e pesar a extensão dos contínuos efeitos negativos tende a galvanizar os indivíduos a considerar novos cursos de ação que o foco míope na história do conflito problemático havia fechado. O mediador pergunta às partes o que o conflito tem feito por eles. As diversas áreas afetadas são exploradas. Essas áreas incluem: emoções, pensamentos, sensações físicas, bem-estar financeiro, relações contínuas com familiares e amigos, espiritualidade e metas de vida. Perguntas específicas podem incluir:

Como esse problema tem convidado você a agir, pensar, sentir, responder?

Ele afetou seus negócios, vida pessoal, esperanças para o futuro, atitude em relação a clientes, vida emocional, confiança nas pessoas, sono, amizades, qualidade do repouso e relaxamento, relacionamento com

outras pessoas, autoconfiança crenças, vida familiar, conta bancária, emprego etc.?

Depois que, separadamente, o mediador oferece às partes respeito, compreensão e reconhecimento de seus esforços, eles estão mais preparados para se engajarem em um inventário do custo financeiro, social, espiritual e emocional que o conflito tem causado a eles. Esses custos pessoais frequentemente passam despercebidos às partes, enquanto focam exclusivamente na maldade e erros do outro. Agora, a angústia pessoal deles se torna ostensivamente reconhecida como um subproduto da história do conflito. Quando as pessoas conseguem ver mais claramente que parte do sofrimento no conflito é resultado de suas próprias narrativas, elas se tornam muito mais motivadas a considerarem formas alternativas de seguir adiante em relação ao problema. Nesse momento, muitos estão abertos para contemplar passos alternativos para lidarem com o conflito e diminuam seus custos pessoais. Quando tal mudança é alcançada, as pessoas podem começar a escutar as possibilidades que repousam nos fragmentos das experiências que se tornam a construção da contra-história.

A CONTRA-HISTÓRIA

A contra-história pode ser desenvolvida sobre as linhas submersas do enredo identificadas anteriormente pela escuta dupla. Nenhuma história jamais poderá conter todas as experiências vividas pelos indivíduos em conflito. As histórias de conflito deixam de fora eventos ocorridos com e entre os indivíduos (incluindo aqueles ocorridos durante as sessões de mediação), que ilustram momentos de respeito,

cooperação, metas comuns, aspirações e, mesmo, entendimento mútuos.

O conceito de Michel White (2007) do “ausente porém implícito” concentra a atenção na abundância de experiências não historiadas que provê material para a contra-história. Essa ideia, extraída de Gregory Bateson (1979) e Jacques Derrida (1976), refere-se à noção de que o significado que criamos de qualquer experiência vem de nossa compulsão linguística a contrastar os opostos. Por exemplo, pessoas em conflito que estão identificadas com as experiências de desrespeito, desconfiança, injustiça e discriminação estão simultaneamente invocando o seu oposto: respeito, confiança, justiça e aceitação. Quando as partes estão sofrendo de sentimentos feridos e de angústia, elas podem não pedir diretamente um relacionamento baseado no respeito, confiança e justiça, mas efetivamente esse pedido está implícito na procura de ajuda de um mediador. Contrastes implícitos proveem uma fonte rica para a identificação da contra-história. A tarefa do mediador é extrair de qualquer evento aquilo que está implícito, mas ainda não foi dito. Por exemplo, em uma sessão de mediação, o mediador traz à tona oportunidades e costura as ocasiões de propósitos, valores, crenças, sonhos ou uma visão do futuro em comum.

Muitos relacionamentos que se tornaram conflituosos estão construídos em centenas de momentos de conexão, interações e pensamentos não expressos. Quando as coisas vão bem, nós conectamos uma seleção desses eventos em um relato aceitável sobre o que está acontecendo. Se a situação azeda a ponto de um mediador ser necessário, então as partes frequentemente abandonam qualquer tipo de reconhecimento das experiências que foram importantes, significativas e desejáveis, e

se concentram apenas nos eventos negativos. Então, à medida que o conflito continua, apenas eventos negativos são percebidos e agregados à história do conflito. A realidade é que sempre existem eventos ocorrendo fora dessa trajetória negativa. O trabalho do mediador é chamar a atenção aos elementos do enredo que estão sendo deixados de fora da história. Esse é a escuta dupla em ação. Esses elementos do enredo são frequentemente representados como apartes ou rapidamente encobertos, mas eles contêm importantes informações sobre ações de cooperação. Esses resultados únicos (White & Epsen, 1990) são tecidos em uma contra história viável de diálogo, propósitos comuns e acordos. À medida que o mediador traz a atenção para expressões implícitas de respeito e cooperação, os participantes podem construir uma história sobre esses resultados. Peça por peça esses momentos começam a se unir ao redor de um caminho alternativo de engajamento mútuo. Gerar essa contra-história é alcançado através de uma gama de perguntas cuidadosamente construídas.

Duas perguntas que podem ser usadas no início da mediação para começar a busca de propósito e interesses comuns:

Qual é sua expectativa quanto ao que pode resultar dessa reunião?

Como espera que possamos falar sobre os assuntos aqui hoje?

Se as partes mostrarem interesse em chegar a um acordo ou querem cooperar melhor, o mediador pode extrair novos elementos da contra história de cooperação:

Você pode me ajudar a entender melhor as razões de sua preferência por cooperar?

Perguntas como essa tem o potencial de atingir uma variedade de resultados. Elas podem construir uma nova narrativa que até então havia sido negligenciada como um dos resultados da dominância da história do conflito. Podemos buscar qualquer dos seguintes desdobramentos possíveis para somar ao quadro acima:

- exceções à dominância da história de conflito;
- desejo de rejeitar os efeitos negativos da história de conflito;
- preferência por ações que não se enquadram dentro do conflito;
- contradições da lógica da história do conflito;
- recusa em permitir que o conflito vá adiante;
- expressões de resistência ao poder do conflito;
- conhecimento oculto ou negligenciado em como lidar com as diferenças;
- intenções frustradas em comportar-se de um modo conciliatório.

Perguntas diretas podem também ser feitas para convidar as partes a ilustrar exceções à história de conflito. Por exemplo:

Sei que ambos têm vivido com ressentimento e raiva, e, ainda assim, vejo momentos rápidos nos quais o ressentimento e a raiva não dominaram a conversa. Como vocês estavam respondendo um ao outro naquela hora?

Um ou dois exemplos esparsos de resultados significativos são insuficientes para construir uma contra história que persista em face de uma poderosa história do conflito. O mediador precisa trabalhar com as partes para costurar um número de resultados singulares reunidos nas sessões de mediação, propriamente ditas, como

também incluir as experiências acumuladas num passado recente a fim de criar uma história significativa de cooperação. Podemos, então, pedir às partes para darem sentido mesmo aos pequenos exemplos de uma história de cooperação maior. Por exemplo, o mediador pode perguntar.

Então nessas duas ocasiões vocês conseguiram trabalhar juntos num estilo diferente. Como vocês chamariam esse modo de interagir? Qual a diferença de quando vocês se deixam levar pelo conflito? O que poderia significar seu desejo de fazer essas coisas?

Uma vez identificada a contra-história, o mediador pode começar a pesquisar sua história perguntando, por exemplo:

Por quanto tempo exemplos de cooperação e respeito fizeram parte do relacionamento de vocês?

Existe alguma situação mais recente na qual esse espírito esteve presente?

Esta linha de investigação pode produzir uma história alternativa que se torna presente no tempo e torna-se uma alternativa substancial à história de conflito. Perguntas podem ser usadas para extrair resultados singulares que dão suporte à contra história de cooperação levando as partes a considerarem porque as coisas não estão piores do que poderiam estar.

O que o está motivando a não tornar as coisas piores?

Como você lida com a raiva e a chateação?

Outras linhas de questionamento que podem criar contra-histórias incluem:

- o conhecimento da pessoa em como criar relacionamentos pacíficos;
- os valores, esperanças e sonhos pessoais para uma vida harmoniosa;
- ideias e pensamentos que podem ajudar na cooperação mútua e que não foram apropriadamente considerados;
- pequenas alterações no comportamento sobre as quais pode-se construir significação.

Quando uma pessoa afirma algo que não se encaixa com o conflito, a outra parte pode ser convidada a expressar sua opinião, dar um sentido, ao que foi dito. Perguntas podem ser feitas a ambas as partes a fim de ampliar o significado da contra história, ao invés de se concentrar na evolução contínua do relato saturado de problemas. Por exemplo, as seguintes perguntas podem ser feitas várias vezes alternadamente:

Bem, agora que você ouviu o que o João disse, que diferença isso faz?

Perguntas dessa natureza podem apontar significativamente a diferença entre a história do problema e a contra história. Podem, inclusive, criar novos significados para a relação diante de nossos olhos.

Quando uma contranarrativa quanto ao relacionamento é desenvolvida, então é possível para a mediação mover-se em direção à negociação de acordos que podem ser necessários. Nesse ponto a mediação narrativa converge novamente com a abordagem de resolução de problemas. As opções para a resolução podem ser geradas e então avaliadas e negociadas. A diferença está no espírito no qual essa negociação acontece. Se estiver situada

no espírito de cooperação criado pela contra-história, é muito mais provável que essa seja muita mais frutífera e mais facilmente negociada do que se fosse tentada logo após as partes terem contado suas versões da história do conflito.

CONCLUSÃO

Em alguns tipos de prática de mediação, acordos são alcançados de uma forma hesitante, apenas para esvanecerem tão rapidamente quanto o final da mediação. A prática da narrativa evita empurrar as partes a um acordo que pode produzir concordâncias fracamente concebidas e frágeis. Ao contrário, o trabalho de mediação é orientado à criação de uma valorização respeitosa das melhores intenções das partes quanto ao relacionamento. Tal abordagem tem maior probabilidade de levar a resoluções e acordos sólidos, do que ações baseadas apenas em posicionamento de culpa e patologização.

Esse artigo expôs alguns componentes chave da mediação narrativa. Providenciamos uma introdução breve para a fundamentação socioconstrucionista da mediação narrativa. A prática da mediação tem sido descrita através da conversa de externalização, a dupla escuta, o mapeamento dos efeitos e construção de uma contra história de cooperação e respeito. Existem, entretanto, muito mais elementos importantes que são característicos dessa orientação. Esses elementos são desenvolvidos em maiores detalhes em Winslade e Monk (2000; 2008). A mediação narrativa tem provido muitos praticantes com meios criativos para afrouxar as apertadas amarras das histórias de conflitos dolorosos por meio de um domínio de várias práticas de mediação. Ao final, as partes

são posicionadas em um novo espaço relacional, alcançando um caminho sinalizado em direção a abordagem de questões, o alcance de entendimento mútuo e de negociações de sucesso e de acordos e compromissos de longo prazo.

REFERÊNCIAS

- Bateson, G.** (1979). *Mind and nature: a necessary unity*. New York, NY: Dutton.
- Burr, V.** (2003). *Social constructionism* (2nd ed.). London, U.K.: Psychology Press.
- Derrida, J.** (1976). *Of grammatology* (G. C. Spivak, Trans.). Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Docherty, J.** (2010). *Narrative training in Myanmar*. Personal Communication.
- Foucault, M.** (1972). *The order of things: An archaeology of the human sciences*. New York: Pantheon Books.
- Foucault, M.** (1982). Afterword: the subject and power. In H. Dreyfus & P. Rabinow (Eds.), *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics* (pp. 199–226). Brighton, U.K.: Harvester Press.
- Foucault, M.,** (1989). *Foucault live* (Interviews 1966-84). (Sylvere Lotringer Ed.), (J. Johnston, Tran New York, NY: Semiotext.
- Foucault, M.** (2000). *Essential works of Foucault, 1954–1984: Vol. 3. Power* (J. Faubion, Ed., & R. Hurley, Trans.). New York, NY: New Press.
- White, M.** (2007). *Maps of narrative practice*. New York, NY: Norton.
- White, M., & Epston, D.** (1990). *Narrative means to therapeutic ends*. New York, NY: Norton.
- Winslade, J., Monk, G., & Cotter, A.** (1998). *A narrative approach to the*

practice of mediation. *Negotiation Journal*, 14 (1), 21-42.

Winslade, J., & Monk, G. (2000). *Narrative mediation: A new approach to conflict resolution*. San Francisco, CA: Jossey Bass.

Winslade, J., & Monk, G. (2008). *Practicing Narrative mediation: Loosening the Grip of conflict*. San Francisco, CA: Jossey Bass.